

## **Para uma caracterização cognitiva do processo de resolução anafórica discursiva**

IRIS SUSANA PIRES PEREIRA  
Universidade do Minho  
iris@tec.uminho.pt

Na primeira parte deste texto sistematizo um modelo cognitivo do processo de resolução da anáfora discursiva. Essa discussão baseia-se nas noções de *modelo mental*, *foco de atenção discursiva*, *relações de coerência e semântica procedimental*. Na segunda parte, procuro descrever e explicar a distribuição da forma nula (*pro*) e realizada da terceira pessoa do pronome pessoal sujeito em português europeu usando o quadro teórico antes sistematizado.

### **1. Um modelo cognitivo do processo de resolução anafórica discursiva**

#### *1.1. Anáfora discursiva e a noção de representação mental do discurso*

Os trabalhos que têm sido publicados no âmbito da investigação em anáfora discursiva distinguem-se entre aproximações levadas a cabo sob uma perspectiva estritamente linguística e aproximações levadas a cabo sob uma perspectiva cognitivamente motivada (Branco 2000).

O enquadramento teórico cognitivo, no qual se situa este trabalho, assume que o nível central da análise do funcionamento da anáfora discursiva é o nível da representação do discurso localizado na mente dos interlocutores, mais precisamente, o modelo mental ou modelo discursivo que resulta da produção e da interpretação oral ou escrita de um discurso (Lyons 1977; Webber 1983; Sidner 1983; Ariel 1990; Sanford & Garrod

1990; Gundel *et al.*, 1993; Maes 1996; Leonetti 1996; Cornish 1999; Garnham 2001; van Dijk & Kintsch 1983; Pereira 2005).

O modelo ou representação mental é de natureza semântica. É constituído pelas representações das entidades do mundo que são evocadas ao longo de um discurso e pelas representações das propriedades que lhes são atribuídas e/ou das relações que são estabelecidas entre essas e outras entidades durante o discurso (Maes 1996; Leonetti 1999a).

No curso de um discurso, um locutor acede sucessivamente às entidades mentais já presentes no modelo discursivo (ou inferíveis a partir desse modelo), para sobre elas predicar propriedades ou relações. Esse acesso configura o processo de *anáfora discursiva*, e é realizado através das expressões referenciais anafóricas: pronomes pessoais nulos e realizados, demonstrativos, expressões nominais introduzidas pelo artigo definido e nomes próprios (cf. Sidner 1983; Webber 1983; Ariel 1990; Leonetti 1999a).

O acesso e re-acesso anafórico leva a que as entidades mentais acumulem a informação discursiva que lhes é sucessivamente atribuída ao longo do discurso e a que o modelo mental avance (cf. Maes 1996; Cornish 1999; Sidner 1983; van Dijk & Kintsch 1983). O exemplo (1) ilustra esse processo:

- (1) O torneio de ténis do Estoril conta com a presença, entre outros, de um famoso tenista russo, um sueco e um inglês. *O tenista russo* iniciou ontem a sua participação. Durante mais de três horas *pro* jogou com o participante inglês, sob um calor abrasador. *pro* Venceu-o<sub>i</sub> por pouco.

Durante a enunciação deste pequeno discurso, o locutor acede três vezes à representação mental da entidade *o tenista russo*, introduzida no modelo mental no primeiro enunciado<sup>1</sup>, e predica informação nova sobre essa entidade. No entanto, o locutor também acede anaforicamente à entidade *o participante inglês*. Por outro lado, e para interpretar este discurso, o interlocutor deve aceder exactamente às mesmas entidades no modelo mental que entretanto constrói na sua cabeça, para assim correctamente reproduzir a rede predicativa comunicada pelo locutor.

<sup>1</sup> Neste texto, e por comodidade de exposição, *enunciado* deve ser tomado como sinónimo de *oração*.

## 1.2. A determinação da entidade mental acedida pela forma anafórica: o papel do foco de atenção discursiva

No quadro cognitivo, a explicação da forma como se determina a entidade mental a que se pretende aceder anaforicamente vai muito para além das razões evocadas nos modelos anafóricos textuais tradicionais (Halliday & Hasan 1976).

Nestes últimos, a anáfora discursiva é vista como uma relação lexical de dependência semântica que envolve um elemento que se considera não ter interpretação possível em si mesmo – a forma anafórica – e uma expressão nominal plena de significado, que se pressupõe presente no co-texto – o antecedente. Segundo esta concepção, toda a informação está, portanto, no texto, tendo o interlocutor de iniciar o processo de procura e de 'correlação lexical' que permita estabelecer a identidade ou correferência de traços semânticos entre os elementos textuais relevantes. Essa procura textual é realizada sobretudo com base nas propriedades de concordância formal de género e número.

No enquadramento teórico cognitivo, considera-se que é na representação mental do discurso que se desenvolve o processo de determinação da entidade a que se acede anaforicamente, embora se reconheça um papel potencialmente relevante nesse processo à informação formal presente na representação 'da superfície discursiva ou textual' (cf. van Dijk & Kintsch 1983; Garnham 1989; Garnham 2001; Garnham & Oakhill 1990, 1996; Oakhill 1993). Alguns autores (cf. Carreiras, Garnham, Oakhill & Cain 1996; Carreiras, Garnham & Oakhill 1996; Arnold *et al.* 2000) mostraram experimentalmente que a informação de género gramatical (que não é semântica e, portanto, não forma parte do modelo mental) interfere na velocidade do acesso anafórico, o que mostra que essa informação é efectivamente considerada no processo de acesso à representação mental pretendida. A relevância que a informação de natureza morfológica pode ter na resolução anafórica é evidente no seguinte exemplo, em que o género do pronome *ela* filtra (i.e., retira) a entidade mental *o tenista russo* do conjunto das entidades acessíveis ao pronome *ela* (Branco 2000):

- (2) *O tenista russo* iniciou ontem a sua participação num torneio de ténis benéfico. *pro* Jogou com a actual número um mundial e *ela* venceu-o<sub>i</sub> com facilidade.

No entanto, para o enquadramento cognitivo, o argumento da concórdia formal é claramente insuficiente para explicar o acesso anafórico. Basta pensar nos casos em que os critérios formais não funcionam, como no exemplo (1) acima, em que o género (e o número) das entidades envolvidas é o mesmo.

Neste quadro teórico, a explicação para a determinação da entidade mental a que se pretende aceder ancora-se essencialmente em noções cognitivas. Para entender estas noções, convém começar por referir que o modelo mental de um discurso se mantém na memória a curto prazo ou *working memory* dos interlocutores. Por ser uma capacidade limitada, assume-se que a memória a curto prazo impõe restrições de estruturação e de funcionamento ao modelo mental (cf. Van Dijk & Kintsch 1983):

So many discourse referents, predications, and propositions are introduced into a discourse via the understander's interpretation of it on-line (in listening or in reading) that the finite short-term or working memory cannot accommodate them all at the same level of storage (Cornish 1999:159).

Assim, no quadro cognitivista que estuda a anáfora discursiva assume-se que as representações das entidades evocadas estão necessariamente hierarquizadas em posições de maior ou de menor centralidade ou acessibilidade no modelo discursivo (cf. Cornish 1999; Lyons 1977; van Dijk & Kintsch 1983).

A determinação do grau de centralidade ou acessibilidade dessas representações mentais tem recebido explicações não coincidentes no enquadramento teórico cognitivo. As duas teorias que refiro neste texto assumem que o nível de centralidade ou acessibilidade das posições ocupadas pelas representações mentais reflecte o grau da atenção que as entidades recebem no discurso. Para estas teorias, a entidade que recebe mais atenção num discurso ocupa, no modelo mental, a posição central ou mais acessível. Essa posição é designada de *foco de atenção discursiva*<sup>2</sup> e é, nestas teorias, a noção crucial porque se assume que é esse foco de atenção que determina a resolução anafórica (cf. Sidner 1983; Grosz et al. 1995; Maes 1996; Cornish 1999; Garnham 2001; Kehler 2002).

<sup>2</sup> A noção de *foco de atenção discursiva* não deve ser confundida com a de *foco informativo*, correspondente à informação nova introduzida num enunciado. Pelo contrário, *foco de atenção discursiva* aproxima-se muito mais da noção de *tópico informacional* (cf. Reinhart 1982).

### 1.2.1. Processos linguísticos de focalização das entidades mentais

A análise das teorias que têm procurado descrever o processo de configuração do *foco de atenção discursiva* revela que os factores que o determinam são de índole linguística diversa. São particularmente interessantes as descrições propostas pela teoria de *Centering* (descrita em Grosz et al. 1995; Grosz & Sidner 1998; e em Walker, Joshi & Prince 1998) e pela teoria das Relações de Coerência (desenvolvida por Kehler 2002)<sup>3</sup>. Ambas se centram no nível discursivo local.

<sup>3</sup> A Teoria da Acessibilidade, proposta por Ariel 1990, é outro modelo de base cognitiva da anáfora discursiva. Na sua proposta, Ariel não se refere a *focos de atenção discursiva*, desenvolvendo antes a sua teoria à volta da noção de diferentes graus de acessibilidade na memória conforme se conjuguem dois grandes factores linguísticos: a saliência, resultante de factores como a topicidade e a competição entre vários antecedentes possíveis, e a unidade, que resulta do nível de coesão intrafrásica e do grau de proximidade da última menção à entidade a que se quer aceder.

No entanto, e diferentemente das teorias de *Centering* e das Relações de Coerência, a teoria proposta por Ariel não formaliza nem prevê a configuração mais ou menos exacta desses diferentes graus de acessibilidade. Por outro lado, Ariel entende que cada uma das expressões referenciais se especializa no acesso a entidades mentais com um grau de acessibilidade específico (que por isso designa de *marcadores de acessibilidade*) e distribui-as numa escala, que vai desde as que acedem a entidades mentais muito acessíveis (os pronomes nulos) até às que acedem a entidades mentais minimamente acessíveis (as expressões nominais definidas e os nomes próprios), passando pelas expressões que acedem a entidades com um grau de acessibilidade apenas médio (os demonstrativos).

O estabelecimento de uma escala de acessibilidade é recorrentemente debatido na literatura. Com efeito, as diferentes expressões linguísticas que Ariel distribui em diferentes lugares na sua escala podem aceder à mesma entidade com o mesmo grau de acessibilidade (cf. Kleiber 1990a, 1994; De Mulder 2000; Apothéloz 1995; Maes 1996):

- a) No jogo de ontem, o tenista chinês, lesionou-se. *pro* Foi levado para o hospital mais próximo.
- b) No jogo de ontem, o tenista chinês, lesionou-se. O jovem<sub>i</sub> foi levado para o hospital mais próximo.
- c) No jogo de ontem, o tenista chinês, lesionou-se. Kin Li<sub>i</sub> foi levado para o hospital mais próximo.
- d) No jogo de ontem, o tenista chinês, lesionou-se. Este jovem<sub>i</sub> foi levado para o hospital mais próximo.

Para um outro modelo de base atencional de determinação do foco discursivo, ver Sanford & Garrod 1990 e 1994; e Garrod et al. 1995.

## 1.2.1.1. A teoria de Centering e foco estrutural

No quadro teórico de *Centering*, o estabelecimento do foco de atenção explica-se através da consideração da forma como a informação é estruturada e comunicada. Assim, assume-se que o grau de atenção que recai sobre cada entidade presente no modelo mental depende de factores linguísticos como a função sintáctica, ordem de enunciação, função informativa e forma referencial (Walker, Joshi & Prince 1998). Na teoria de *Centering*, é dada atenção (praticamente) exclusiva aos sujeitos tópicos pronominalizados como exemplos de entidades que recebem o grau mais alto de atenção num modelo discursivo<sup>4</sup>.

Na teoria de *Centering* assume-se que todas as entidades evocadas num enunciado são potenciais centros da atenção do enunciado seguinte, mas assume-se que, por omissão, a entidade mental que ocupa a posição mais alta na hierarquia de focos de atenção é projectada como centro de atenção preferido (Cp – *preferred center*). Por outras palavras, assume-se que a entidade que é o centro da atenção num determinado momento é a entidade que se projecta automaticamente como o foco da atenção esperado para os enunciados seguintes (cf. Grosz et al. 1995; Walker, Joshi & Prince 1998). Assim, depois de uma sequência como (3), o que se espera é que se continue a falar da entidade *tenista inglês*:

(3) No torneio houve bom ambiente. *O tenista inglês*<sub>i</sub> emprestou um livro ao francês<sub>j</sub> e ...

A teoria de *Centering* estabelece ainda que, num enunciado, existe apenas um centro de atenção principal, o Cb (*backward-looking center*), que acaba por ser a entidade sobre a qual esse enunciado trata<sup>5</sup>. No exemplo (4), o Cb dos enunciados [2] e [3] corresponde à entidade *o tenista russo*:

(4) [1] *O tenista russo* (Cp) iniciou ontem a sua participação no torneio de ténis do Estoril. [2] Durante mais de três horas *pro*<sub>i</sub> jogou com o participante inglês<sub>j</sub> sob um calor abrasador. [3] *pro*<sub>i</sub> Venceu-o<sub>j</sub> por pouco.

Este exemplo ilustra o tipo de sequência discursiva básico previsto pelo mecanismo de *Centering*: o centro de atenção principal do enunciado

<sup>4</sup> Nesta teoria, assume-se que a forma pronominal assinala o acesso a entidades em foco no modelo mental. Cf. secção 1.3. e secção 2. deste texto.

<sup>5</sup> A noção de Cb equivale, portanto, à noção de tópico ou tema (cf. Reinhart 1982).

[2] corresponde à entidade discursiva projectada como centro preferido (Cp) pelo enunciado anterior. Por sua vez, esse Cb torna-se ele próprio no Cp do enunciado a que pertence e projecta-se como o centro de atenção esperado para o enunciado [3], e assim sucessivamente.

Segundo a teoria de *Centering*, a posição de sujeito e, sobretudo, a pronominalização, são os principais factores linguísticos que assinalam a localização do Cb de um enunciado<sup>6</sup>. Aliás, uma das regras de *Centering*, a Regra 1 (*Regra do pronome*, segundo Walker, Joshi & Prince 1998) determina a realização preferencial do Cb na forma pronominal, realização que se torna obrigatória no caso de realização pronominal de qualquer outro argumento (cf. 4 vs. 5) (cf. Sidner 1983):

(5) # *O tenista russo* iniciou ontem a sua participação no torneio de ténis do Estoril. Durante mais de três horas *pro*<sub>i</sub> jogou com o participante inglês<sub>j</sub> sob um calor abrasador. *O tenista russo*<sub>i</sub> venceu-o<sub>j</sub> por pouco.

Quando se configura a situação discursiva básica prevista pelo mecanismo de *Centering* (cf. 4), designada de *Continue*, o foco de atenção estruturalmente estabelecido (Cp) 'enquadra, conduz' efectivamente o processo de acesso anafórico: a forma anafórica acede ao centro de atenção projectado, pelo que o centro de atenção se mantém de enunciado para enunciado.

O mecanismo de estabelecimento do foco discursivo descrito até aqui pode, no entanto, não ser o seguido (cf. 6)<sup>7</sup>:

(6) [1] *O tenista russo*<sub>i</sub> (Cp) iniciou ontem a sua participação no torneio de ténis do Estoril. [2] Durante mais de três horas *pro*<sub>i</sub> (Cb)=(Cp) jogou com o participante inglês<sub>j</sub> sob um calor abrasador. [3] No entanto, *o inglês*<sub>j</sub> (Cp) venceu-o<sub>i</sub> (Cb), apesar de *o tenista russo* ter feito um jogo extraordinário.

Neste tipo de transição, o centro de atenção não se altera dado que Cb do terceiro segmento se realiza através de um pronome, mas anuncia-se uma transição no centro de atenção, porque esse pronome não está na posição mais alta da hierarquia, i.e., não é o Cp. O Cp configurado pela terceira frase corresponde à entidade *o inglês*. Esta transição designa-se de *Retain*.

<sup>6</sup> Cf. nota 4.

<sup>7</sup> Nos exemplos (6) e (7), o enunciado relevante é o terceiro.



Além desta, pode dar-se ainda uma transição mais radical entre centros de atenção, como no exemplo seguinte:

- (7) [1] O tenista russo<sub>i</sub> (Cp) iniciou ontem a sua participação no torneio de ténis do Estoril. [2] Durante mais de três horas pro<sub>i</sub> (Cb)=(Cp) jogou com o participante inglês<sub>j</sub> sob um calor abrasador. [3] No entanto, ele<sub>j</sub> (Cb)= (Cp) venceu, apesar de o tenista russo ter feito um jogo extraordinário.

Neste caso, o Cp do enunciado [2] não pode ser tomado como guia por omissão no processo anafórico, porque o Cb do enunciado [3] (sujeito pronominalizado) não acede a esse Cp, mas sim ao objecto preposicionado do verbo. Esta transição é designada de *Shift*.

#### 1.2.1.2. A teoria das Relações de Coerência e foco semântico relacional

A noção de foco de atenção é igualmente central na teoria das Relações de Coerência, desenvolvida por Kehler 2002, mas a sua determinação é explicada de uma forma diferente. Este autor propõe que o foco da atenção resulta da actuação de restrições inferenciais que são próprias das relações de coerência. Para este autor, a coerência é uma propriedade semântica que resulta das relações de significado explícitas ou implícitas que se estabelecem entre os enunciados de um discurso (Kehler 2002: 2-3)<sup>8</sup>. Identifica três tipos gerais de relações semânticas de coerência: relações de Semelhança, de Causa-Efeito e de Contiguidade (cf. Hume 1748; Hobbs 1979, 1990). De acordo com Kehler, nas diversas relações de coerência operam diferentes restrições inferenciais capazes de determinar centros ou focos de atenção específicos.

##### a) As relações de Semelhança

Estas relações incluem as relações de paralelismo, contraste, exemplificação, generalização, excepção e elaboração. Neste texto, considero apenas as duas primeiras.

##### (i) Paralelismo

<sup>8</sup> Sidner 1983, que é uma das primeiras autoras a referir e a formalizar o papel do foco de atenção estrutural na resolução anafórica, sublinha insistentemente a necessidade de considerar a intervenção do factor contextual na explicação do processo de resolução da anáfora discursiva: "People use the context surrounding an anaphor in interpreting it. If a theory of anaphor interpretation is to capture understanding, it must include a means of encoding discourse context and whatever structure it has" (Sidner 1983:270).

Segundo Kehler, o estabelecimento da relação de paralelismo depende da inferência de relações e/ou propriedades comuns entre conjuntos correspondentes (ou paralelos) de entidades (Kehler 2002: 15). Exemplos de relações semânticas paralelas são as seguintes:

- (8a) O tenista inglês<sub>i</sub> emprestou um livro ao francês<sub>j</sub> e pro<sub>i</sub> pediu um CD ao americano.  
 (8b) O tenista russo<sub>i</sub> venceu o inglês<sub>j</sub> e o espanhol derrotou-o<sub>j</sub> de forma clara.

Na sequência (8a), por exemplo, as relações paralelas correspondem às denotadas por *emprestar* e *pedir*, respectivamente, inferindo-se em cada caso que a relação comum que as subsume é a de "trocar objectos". Da mesma forma, os elementos paralelos "o tenista francês" e "o tenista americano" compartilham a propriedade de serem *tenistas*; e os elementos paralelos "o tenista inglês" e a forma não realizada do pronome pessoal compartilham a propriedade de serem *o mesmo indivíduo tenista*.

De acordo com Kehler, sempre que a identificação de uma das entidades implicadas numa relação de paralelismo depende do acesso anafórico à entidade discursiva que lhe é paralela (por exemplo, o sujeito em (8a) e o objecto em (8b)), o mecanismo de coerência está já focalizado no elemento com o qual procura estabelecer o paralelismo, o que converte este elemento na única entidade em foco no modelo discursivo nesse momento, conduzindo assim o acesso anafórico (Kehler 2002: 157-159)<sup>9</sup>.

##### (ii) Contraste

Se, por outro lado, se pretende ressaltar os contrastes entre as relações e/ou entidades paralelas, pode estabelecer-se uma relação de contraste. São duas as realizações possíveis deste tipo de relação.

##### - Contraste de tipo 1

Este é um caso de contraste estabelecido entre as relações expressas, correspondendo a enunciados em que as predicções têm valor semântico oposto:

- (9a) O atleta russo<sub>i</sub> ganhou ao inglês<sub>j</sub> mas pro<sub>i</sub> não venceu o espanhol<sub>k</sub>.  
 (9b) O atleta russo<sub>i</sub> ganhou ao inglês<sub>j</sub> mas o espanhol<sub>k</sub> não o<sub>j</sub> venceu.

<sup>9</sup> A teoria de Kehler admite, portanto, a existência de *foco de atenção discursiva sobre o objecto*, com o que 'amplia' a capacidade descritiva da teoria de *Centering*. Como se verá adiante, isto não significa que este autor não dê importância à teoria de *Centering*.

No exemplo (9a), a propriedade que é atribuída ao *atleta russo* (*vencer um adversário*) contrasta com a propriedade que se lhe atribui na segunda proposição ( $\neg$  *vencer um adversário*), e em (9b) a propriedade atribuída ao atleta russo contrasta com a que se atribui ao tenista espanhol (*vencer o adversário x*).

Segundo Kehler, sempre que a identificação de uma das entidades implicadas numa relação de contraste depende do acesso anafórico à entidade discursiva paralela (o sujeito em (9a) e o objecto em (9b)), o mecanismo de coerência está já focalizado no elemento paralelo com o qual procura comprovar, neste caso, o contraste, o que focaliza essa entidade no modelo discursivo nesse momento (Kehler 2002: 157-159).

- Contraste de tipo 2

Neste caso, as relações expressas são idênticas (quer dizer, os predicados são semelhantes), estabelecendo-se o contraste entre o conjunto de entidades paralelas:

(10) Na final, o atleta russo<sub>i</sub> venceu o inglês<sub>j</sub> mas o francês<sub>x</sub> venceu o espanhol<sub>z</sub>.

Neste caso, a propriedade que é atribuída ao tenista russo é idêntica à propriedade atribuída ao tenista francês (*vencer um jogador*). Embora Kehler 2002 não o explicita, este enunciado só é pertinente num contexto em que a relação que se estabelece entre os argumentos francês<sub>x</sub>/ espanhol<sub>z</sub> é “inesperada”, por exemplo, num contexto em que seria mais provável que o tenista espanhol vencesse o tenista francês, porque este tenista, suponhamos, era o cabeça de série. Só assim se pode inferir que o par de entidades paralelas “tenista russo/ tenista francês” contrasta quanto a uma propriedade (por exemplo, *quem mostra melhores probabilidades de vencer o torneio*).

b) As relações de Causa-Efeito

Estas englobam relações de resultado, explicação, expectativa violada e negação de impedimento. Kehler defende que os processos inferenciais que actuam no estabelecimento deste tipo de relações de coerência são distintos dos implicados na relação anterior porque este tipo de relações exige a identificação de proposições das orações implicadas assim como o estabelecimento de relações entre essas proposições através de uma “implicação”, que Kehler entende como “*pode plausivelmente derivar de*”. O estabelecimento de uma relação de Causa-Efeito também é diferente do da relação de coerência por Semelhança porque pode fazer uso do conhecimento do

mundo e não depende tão crucialmente de configurações sintácticas específicas.

(i) Explicação

(11) O tenista russo<sub>i</sub> venceu o participante inglês<sub>j</sub> porque *pro*<sub>i</sub> jogou bem.

Proposição 1 = O tenista russo venceu o participante inglês

Proposição 2 = ele jogou bem

Implicação: “ganhar pode derivar de jogar bem”

Kehler propõe que, durante o processo de estabelecimento da interpretação da relação de explicação, a representação da primeira oração instância pelo menos um axioma consequente que é relevante para o estabelecimento da relação de coerência:

(11') Exemplo de axioma relevante: *se jogar bem permite vencer e se x jogou bem, então isso pode ter causado que x tenha ganho a y.*

Ao fazer corresponder o axioma consequente com a representação da primeira oração, as variáveis correspondentes aos argumentos são ligadas e é possível interpretar a frase (cf. (11')). Quando se dá este processo, os argumentos comuns são fundidos, o que, para Kehler, coloca estas posições em foco. Caso um dos argumentos implique o acesso anafórico, o ocupante da posição argumental correspondente está já em foco, dando-se a referência necessária (cf. x: o tenista russo = *pro* no exemplo (11')) (Kehler 2002: 163). Kehler assume que os procedimentos interpretativos que subjazem à determinação do foco de atenção nas restantes relações de causa-efeito são semelhantes:

(ii) Resultado

(12) O tenista russo<sub>i</sub> jogou bem, pelo que *pro*<sub>i</sub> venceu o participante inglês<sub>j</sub>.

(iii) Expectativa violada

(relação em que contrasta um efeito real com um efeito esperado ou desejado)

(13) O tenista russo<sub>i</sub> jogou bem contra o inglês<sub>j</sub>, mas *pro*<sub>i</sub> não conseguiu vencer.

(iv) Negação de impedimento

(relação semântica igual à anterior, mas com a ordem proposicional invertida)

- (14) O tenista russo, não venceu o participante inglês, apesar de *pro* ter jogado bem.

### c) Relações de Contiguidade

A relação de ocasião, a única que Kehler considera na relação de coerência de Contiguidade, define-se como a expressão de uma sequência de eventos centrada num sistema comum de entidades. Dito de outro modo, este tipo de relações estabelece-se entre as proposições que narram sequências de eventos, configurando relações semânticas com significado temporal. Neste caso, a coerência resulta da aplicação de inferências exigidas para interpretar o estado inicial de cada evento como o estado final do evento precedente:

- (15) O tenista russo, iniciou ontem a sua participação no torneio de ténis do Estoril. Durante mais de três horas *pro* jogou com o inglês, sob um calor abrasador. Depois do jogo, *pro* viu que o adversário, roubava uma mochila nos vestuários.

Kehler considera que o funcionamento destes processos inferenciais é mais obscuro que o implicado nas outras relações, o que impossibilita a sua formalização e a previsão do resultado da sua aplicação (Kehler 2002:166). Assim, atendendo a estas limitações, este autor sugere explicitamente que, quando no contexto de uma relação de ocasião se tem de aceder a uma entidade mental para processar uma forma anafórica, se deve considerar que essa entidade tem o grau de focalização no modelo discursivo tal como o descreve a teoria de *Centering*.

É muito relevante referir que Kehler reconhece que o processo de marcação de foco discursivo descrito pela teoria de *Centering* é o mecanismo que actua no discurso “por omissão”, ainda que nos outros tipos de relação de coerência o processo de estabelecimento de coerência seja capaz de redireccionar esse foco de atenção quando tal seja necessário para fixar o processo inferencial (Kehler 2002: 157; 159)<sup>10/11</sup>.

<sup>10</sup> Contudo, este autor considera que as propriedades que a teoria de *Centering* toma como centrais na determinação do grau de focalização na relação semântica de ocasião são, na verdade, epifenómenos resultantes das inferências implicadas no estabelecimento dessa relação. Por isso, considera que as aporções desta teoria são apenas *descriptivamente* adequadas e dependentes do desenvolvimento de teorias que possam explicar o funcionamento das inferências subjacentes (Kehler 2002: 167). Na opinião de Kehler, o estabelecimento do foco da atenção e a interpretação das formas anafóricas resulta sem-

### 1.3. A identificação das entidades mentais: a semântica procedimental das expressões anafóricas

Apesar de as noções de “estrutura discursiva” e de “relações de coerência” serem centrais na explicação da determinação do foco de atenção, as teorias cognitivas da anáfora discursiva consideram ainda que as próprias formas anafóricas desempenham um papel importante nesse processo (cf. Kleiber 1990b, 1994; Sperber & Wilson 1993; Gundel *et al.* 1993; Grosz *et al.* 1995; Leonetti 1996, 1999a, 1999b, 2000; Cornish 1999; Kehler 2002).

Mais concretamente, assume-se que o conteúdo semântico das formas anafóricas inclui informação de natureza procedimental, i.e., a indicação/ a instrução de como aceder às representações mentais pretendidas:

El papel específico de los determinantes definidos es el de codificar procedimientos para acceder a una representación mental del referente. (...) Esta instrucción de procesamiento es la semántica lingüística de los determinantes, y de ella derivan todas las propiedades referenciales y anafóricas de los SSNN definidos, propiedades que hacen que los definidos funcionen como garantías de accesibilidad en la memoria (Leonetti 1996: 13).

pre da actuação das inferências implicadas em cada relação de coerência particular, não sendo nunca uma consequência *directa* das pistas superficiais (Kehler 2002: 176).

<sup>11</sup> Outros autores recorrem à noção de semântica verbal para explicar fenómenos semelhantes. Com base em resultados de estudos experimentais, Stevenson *et al.* 2000 descrevem um modelo semântico de determinação do foco de atenção baseado nas propriedades de focalização de diferentes tipos de verbos com ou sem estrutura causal implícita (cf. McKoon *et al.* 1993), em interacção com determinados conectores. Também Costa 2003 e Costa *et al.* 2004 apresentam resultados de uma investigação experimental sobre resolução pronominal anafórica em português que confirmam a noção de semântica verbal com diferente focalização desencadeada por verbos causativos.

Apesar de o factor “semântica verbal” ser aparentemente relevante na explicação do processo de resolução anafórica, considero que a proposta explicativa de Kehler para a determinação do foco discursivo envolvido na resolução anafórica é, pelo menos, descriptivamente mais adequada, porque inclui contextos que os autores agora referidos não consideram (contextos de Paralelismo, de Expectativa Violada e Negação de Impedimento, por exemplo). De resto, Kehler e Stevenson *et al.* evocam a adequabilidade da teoria de *Centering* para a explicação da resolução anafórica nos contextos em que está implicada uma interpretação temporal (relações de ocasião). A meu ver, a (talvez única) vantagem que oferece a consideração da proposta de Stevenson *et al.* e a de Costa e Costa *et al.* face à de Kehler é a *sugestão* de que a configuração do axioma que Kehler faz intervir na resolução interpretativa das relações de Causa-Efeito possa ser derivada das propriedades de focalização da semântica verbal.

A assunção de fundo é a de que cada forma anafórica codifica um princípio original de cálculo para aceder às representações mentais pretendidas (Corblin 1995), "*c'est-à-dire un sens qui indique à l'allocutaire comment procéder pour trouver la bonne interprétation*" (Kleiber 1994:14)<sup>12/13/14</sup>.

Na literatura sobre anáfora discursiva, essencialmente baseada na língua inglesa ou francesa, associa-se a instrução de acesso ao foco de atenção discursiva à forma sujeito do pronome pessoal (cf. Sidner 1983; Garrod & Sanford 1990, 1994; Garrod *et al.* 1995; Gundel *et al.* 1993; Kleiber 1994; Grosz *et al.* 1995; Corblin 1995; Apothéloz 1995; Leonetti 1996, 1999a, 2001; Cornish, 1999). Por exemplo, Kehler (2002: 156) refere que os pronomes pessoais são

linguistic devices in their own right, ones that encode signals to the hearer about the degree of salience the referent holds within the current discourse state. In particular, pronouns encode the signal that this level of salience is high. (...) the primary characteristic that distinguishes pronouns from other choices of referential form that a speaker could choose to employ.

<sup>12</sup> É a este conteúdo procedimental que Kleiber alude quando defende que "chaque type d'expression référentielle entraîne un mode de donation du référent particulier (...) un processus d'identification qui lui est spécifique" (Kleiber 1994:41); "qui a ses vertus identificatoires propres" (idem:68). Segundo este autor, é esse conteúdo instrucional que marca a identidade de cada um dos marcadores de referência, "ne serait-ce que parce que la partie descriptive peut leur être commune et que, par conséquent, c'est essentiellement cette partie instructionnelle qui opère la différenciation entre les différents marqueurs" (Kleiber 1994: 18); (veja-se também Kleiber 1990a:201).

<sup>13</sup> As seguintes observações de Apothéloz apontam exactamente neste sentido. Segundo este autor, na *economia das operações referenciais* intervêm dois factores: factores de saliência, "tout ce qui fait que le choix d'une expression anaphorique résulte d'une accommodation, à l'état courant de la représentation discursive, du moyen utilisé pour référer" (Apothéloz 1995:319), em particular factores de acomodação, na representação discursiva, da forma anafórica ao grau de focalização do objecto designado - *external constraint*; e também todos os factos que resultam da *operatividade das expressões referenciais*: "On considérera que le choix d'une expression référentielle peut résulter non seulement d'un conditionnement par le contexte (perspective que traduit la notion classique de *contrainte*), mais aussi de ce que cette expression est dotée d'une *opérativité* propre, et ceci précisément au plan de la attention" (idem:295).

<sup>14</sup> Provavelmente, é essa semântica diferenciada que origina os diferentes valores de *acessibilidade cognitiva* associados às expressões anafóricas, frequentemente na origem do estabelecimento das escalas que hierarquizam essas expressões (cf. *Accessibility marking scale*, Ariel 1990); *Givenness hierarchy*, Gundel *et al.* 1993; *Familiarity scale*, Prince 1981). Cf. nota 3; Leonetti 1996, 2000; De Mulder 2000.

No entanto, o português europeu, como qualquer outra língua de sujeito nulo, coloca um desafio a estas formulações, já que o pronome pessoal sujeito apresenta duas formas possíveis, a nula e a realizada. Observe-se o exemplo (8), aqui repetido como (16):

- (16a) O *tenista inglês*<sub>i</sub> emprestou um livro ao francês<sub>j</sub> e *pro*<sub>i</sub> pediu um CD ao americano.  
 (16b) O *tenista inglês*<sub>i</sub> emprestou um livro *ao francês*<sub>j</sub> e *ele*<sub>j</sub> pediu um CD ao americano.

Este contraste mostra que a forma anafórica escolhida é a única responsável pela diferença interpretativa entre estas duas frases, já que o contexto é exactamente o mesmo. Por isso, em português não é suficiente afirmar que o *pronome pessoal codifica uma instrução de acesso à entidade mental em foco*. São factos como estes os usados pelas teorias cognitivas da anáfora discursiva para sugerir que também a própria expressão anafórica desempenha um papel activo na determinação da entidade mental a que acede através da sua semântica procedimental.

Considerando o paradigma (16), é neste momento possível hipotetizar que, na posição de sujeito, a forma nula do pronome pessoal em português está associada a uma instrução de acesso à entidade projectada como centro de atenção preferido (Cp) (estabelecido por omissão pela estrutura discursiva e reforçado pelos mecanismos inferenciais subjacentes às relações de coerência)<sup>15</sup>, enquanto a forma plena parece codificar uma instrução de acesso à entidade que, no modelo mental do discurso, não é projectada como centro de atenção preferido (Cp). Na segunda parte deste texto, em que levo a cabo uma análise mais pormenorizada da distribuição destas duas formas anafóricas, a caracterização dessa semântica procedimental tornar-se-á mais precisa.

#### 1.4. A determinação do foco de atenção discursiva: um processo interactivo e incremental

A consideração da teoria de *Centering*, da teoria das Relações de Coerência e da noção de semântica procedimental permite concluir que o foco

<sup>15</sup> Pelo facto de esta forma ser lexicalmente nula, é difícil atribuir a instrução procedimental directamente ao seu conteúdo semântico. Talvez seja mais correcto afirmar que a instrução é apenas dada pela configuração estrutural e pelas relações semânticas de coerência, e que a forma nula é, simplesmente, transparente a essa instrução.

atencional, central na explicação do processo anafórico discursivo, é determinado *incremental e interactivamente* (cf. Stevenson et al. 2000).

Dito de outro modo, os mecanismos descritos pela Teoria de *Centering* parecem actuar por omissão em qualquer sequência de enunciados, estabelecendo, enunciado a enunciado, um foco de atenção preferido. Esse foco de atenção é confirmado ou infirmado consoante (i) as propriedades de focalização das relações de coerência estabelecidas entre enunciados vizinhos e/ou (ii) as instruções de acesso codificadas em cada forma anafórica. Quando é infirmado, o foco de atenção previsto é redireccionado. No final deste processo dinâmico, o referente mais acessível no modelo mental determina a resolução anafórica<sup>16</sup>.

## 2. A distribuição das formas anafóricas pronominais na posição de sujeito em português europeu: foco de atenção, relações de coerência e semântica procedimental

Nesta secção, procuro mostrar que a distribuição das formas anafóricas pronominais da terceira pessoa (nula e realizada não acentuada) na posição de sujeito em português europeu pode ser descrita e explicada a partir da teoria cognitiva de resolução anafórica sistematizada na secção 1.

### 2.1. A distribuição da forma nula e plena da terceira pessoa do pronome pessoal em português e relações de coerência

É possível distinguir claramente três padrões de distribuição da forma nula e da forma realizada do pronome pessoal na posição de sujeito em português europeu.

(i) Contextos em que a forma nula e a forma plena do pronome pessoal são possíveis e acedem a diferentes entidades mentais:

(17a) *O tenista inglês<sub>i</sub> emprestou um livro ao francês<sub>j</sub> e pro<sub>i</sub> ofereceu um CD ao americano.*

<sup>16</sup> A relevância da consideração das noções de "foco estrutural", de "relações de coerência" e de "semântica procedimental" na análise e explicação da distribuição das formas anafóricas é salientada em Pereira (submetido). Nesse texto, mostro que também a distribuição das formas anafóricas demonstrativas é condicionada pelos mesmos factores.

(17b) *O tenista inglês<sub>i</sub> emprestou um livro ao francês<sub>j</sub> e ele<sub>j</sub> ofereceu um CD ao americano.*

(ii) Contextos em que as duas formas pronominais são possíveis e acedem à mesma entidade mental:

(18) *O tenista checo<sub>i</sub> surpreendeu o francês<sub>j</sub> porque pro<sub>i</sub>/ ele<sub>i</sub> jogou extraordinariamente bem apesar da sua idade.*

Estes dados apontam para a hipótese de que o funcionamento anafórico das formas pronominais é, em português, condicionado pelas relações semânticas de coerência que se estabelecem entre os enunciados. Esta hipótese adquire mais plausibilidade mediante a consideração de contextos de coerência em que é possível o uso da forma realizada, mas não o uso da forma nula do pronome pessoal:

(iii) Contextos em que é exclusivamente admitida a forma plena do pronome pessoal:

(19a) *O tenista russo<sub>i</sub> ganhou ao inglês<sub>j</sub>, mas ele<sub>j</sub> ganhou ao espanhol<sub>k</sub>.*

(19b) \* *O tenista russo<sub>i</sub> ganhou ao inglês<sub>j</sub>, mas pro<sub>i</sub> ganhou ao espanhol<sub>k</sub>.*

### 2.1.2. Sobre os contextos em que são exclusivamente admitidas as formas plenas do pronome pessoal

Nos termos da tipologia das relações de coerência desenvolvida por Kehler 2002, os contextos em que são apenas possíveis as formas plenas do pronome pessoal são os que estabelecem relações de Contraste de tipo 2 (contraste entre entidades) (cf. 20) e todos os contextos de relações de Causa-Efeito que configuram o foco de atenção sobre o objecto do enunciado anterior (cf. 21):

Relações de Contraste de tipo 2 (entre entidades):

(20a) *O tenista russo<sub>i</sub> ganhou ao inglês<sub>j</sub>, mas ele<sub>j</sub> ganhou ao espanhol<sub>k</sub>.*

(20b) # *O tenista russo<sub>i</sub> ganhou ao inglês<sub>j</sub>, mas pro<sub>i</sub> ganhou ao espanhol<sub>k</sub>.*

Relação de Explicação:

(21a) *O tenista russo<sub>i</sub> venceu o participante inglês<sub>j</sub>, porque ele<sub>j</sub> jogou mal.*

(21b) # *O tenista russo<sub>i</sub> venceu o participante inglês<sub>j</sub>, porque pro<sub>i</sub> jogou mal.*



Estes contextos<sup>17</sup> têm duas propriedades em comum, correlacionadas entre si: (i) transmitem um valor semântico de *ruptura* relativamente ao que seria esperado, sendo por isso contextos que configuram, eles próprios, um foco de atenção no discurso que não coincide com o foco de atenção projectado<sup>18</sup>; (ii) é impossível o uso da forma nula do pronome pessoal na posição de sujeito (veja-se a versão b dos exemplos acima).

Estes factos distribucionais podem ser interpretados como confirmando a hipótese assumida na secção 1.3. sobre a semântica procedimental codificada na forma pronominal plena em português europeu: a forma realizada codifica uma instrução de acesso a um centro de atenção diferente do Cp projectado. Nos termos da teoria de *Centering*, pode dizer-se que o uso desta forma pronominal configura transições de tipo *shift* entre enunciados. Em função da adequação da forma plena do pronome pessoal a estes contextos, assumo que se trata do seu uso discursivo básico, não marcado.

<sup>17</sup> Outros exemplos de relação de Causa-Efeito com foco de atenção sobre o objecto:

Relação de expectativa violada:

(ia) O pior tenista do torneio<sub>i</sub> surpreendeu o experiente *tenista russo*<sub>j</sub> no jogo de hoje. No entanto, *ele*<sub>j</sub> venceu por uma grande diferença.

(ib) # O pior tenista do torneio<sub>i</sub> surpreendeu o experiente *tenista russo*<sub>j</sub> no jogo de hoje. No entanto, *pro*<sub>i</sub> venceu por uma grande diferença.

Relação de Resultado:

(iia) O tenista russo<sub>i</sub> venceu o *participante inglês*<sub>j</sub> no jogo de hoje pelo que *ele*<sub>j</sub> ficou definitivamente afastado dos primeiros lugares da classificação.

(iib) # O tenista russo<sub>i</sub> venceu o *participante inglês*<sub>j</sub> no jogo de hoje pelo que *pro*<sub>i</sub> ficou definitivamente afastado dos primeiros lugares da classificação.

Relação de Negação de Impedimento

(iia) O tenista russo<sub>i</sub> venceu o *tenista chinês*<sub>j</sub> apesar de *ele*<sub>j</sub> ter surpreendido com boas jogadas.

(iib) # O tenista russo<sub>i</sub> venceu o *tenista chinês*<sub>j</sub> apesar de *pro*<sub>i</sub> ter surpreendido com boas jogadas.

<sup>18</sup> É interessante notar que o valor de *ruptura* implicado nestes contextos não é idêntico. Assim, nas relações de Contraste de tipo 2, de Expectativa Violada e de Negação de Impedimento, essa *ruptura* é imediatamente assinalada pelo conector, mas nas relações de Explicação e de Resultado o valor de *ruptura* só se obtém no final do processamento de toda a oração subordinada (é apenas mais tarde que se percebe que se operou uma mudança no foco de atenção, que não se está a referir ao sujeito tópico da oração anterior).

### 2.1.2. Sobre os contextos em que as formas nula e realizada do pronome pessoal acedem à mesma entidade mental

Nestes contextos, ambas formas pronominais acedem obrigatoriamente ao foco de atenção esperado (o Cp, sujeito tópico do enunciado anterior). São de dois tipos os contextos de coerência em que se verifica esta distribuição.

(i) Contextos que marcam relações de coerência de Contraste entre eventos (cf. 22) e de Causa-Efeito com foco sobre o sujeito (cf. 23). Nestes casos, o foco de atenção estruturalmente projectado (Cp) é reforçado pelo foco de atenção determinado pelas relações de coerência e não é possível alterá-lo: essa redefinição provocaria situações ilógicas e, por isso mesmo, não interpretáveis (veja-se a versão c dos exemplos (22) e (23)):

Relações de Contraste de tipo 1 (entre eventos):

(22a) O *tenista russo*<sub>i</sub> surpreendeu o inglês<sub>j</sub> no jogo de ontem mas *pro*<sub>i</sub> não surpreendeu o espanhol<sub>k</sub> no jogo de hoje.

(22b) O *tenista russo*<sub>i</sub> surpreendeu o inglês<sub>j</sub> no jogo de ontem mas *ele*<sub>i</sub> não surpreendeu o espanhol<sub>k</sub> no jogo de hoje.

(22c) # O *tenista russo*<sub>i</sub> surpreendeu o inglês<sub>j</sub> no jogo de ontem mas *ele*<sub>j</sub> não surpreendeu o espanhol<sub>k</sub> no jogo de hoje.

Relações de Explicação:

(23a) O *tenista checo*<sub>i</sub> surpreendeu o francês<sub>j</sub> porque *pro*<sub>i</sub> jogou extraordinariamente bem apesar da idade.

(23b) O *tenista checo*<sub>i</sub> surpreendeu o francês<sub>j</sub> porque *ele*<sub>i</sub> jogou extraordinariamente bem apesar da idade.

(23c) # O *tenista checo*<sub>i</sub> surpreendeu o francês<sub>j</sub> porque *ele*<sub>j</sub> jogou extraordinariamente bem apesar da idade<sup>19</sup>.

<sup>19</sup> Outros exemplos de relações de Causa-Efeito com foco de atenção sobre o sujeito: Relações de Expectativa Violada

(ia) O *tenista russo*<sub>i</sub> jogou muito bem contra o inglês<sub>j</sub>, mas *pro*<sub>i</sub> não conseguiu vencer o jogo.

(ib) O *tenista russo*<sub>i</sub> jogou muito bem contra o inglês<sub>j</sub>, mas *ele*<sub>i</sub> não conseguiu vencer o jogo.

(ic) # O *tenista russo*<sub>i</sub> jogou muito bem contra o inglês<sub>j</sub>, mas *ele*<sub>j</sub> não conseguiu vencer o jogo.



## (ii) As Relações de Ocasão

Nestas relações, não existem implicações lógico-semânticas entre as proposições envolvidas, mas existe, por omissão, o estabelecimento de um foco de atenção esperado para o estabelecimento da sequência temporal. Neste contexto semântico, a forma anafórica acede a este foco, tal como descrito pela teoria de *Centering*:

- (24a) *O tenista russo*<sub>i</sub> iniciou ontem a sua participação no torneio de ténis do Estoril. Durante mais de três horas *pro*<sub>i</sub> jogou com o inglês<sub>j</sub> sob um calor abrasador. Depois do jogo, *pro*<sub>i</sub> / *ele*<sub>j</sub> viu que o adversário roubava uma mochila nos vestuários.

Nos termos da teoria de *Centering*, o tipo de relações de coerência considerados neste ponto configuram transições entre enunciados de tipo *continue*. Nestes contextos, a forma nula e a forma plena do pronome pessoal estão em distribuição livre<sup>20</sup>, mas a forma nula é claramente preferida, o que pode ser usado para corroborar a hipótese de que esta forma do pronome pessoal está associada aos contextos em que se acede à entidade Cp.

## Relações de Resultado:

- (iia) *O tenista chinês*<sub>i</sub> agrediu o inglês<sub>j</sub>, pelo que *pro*<sub>i</sub> foi expulso da competição.  
 (iib) *O tenista chinês*<sub>i</sub> agrediu o inglês<sub>j</sub>, pelo que *ele*<sub>j</sub> foi expulso da competição.  
 (iic) #*O tenista chinês*<sub>i</sub> agrediu o inglês<sub>j</sub>, pelo que *ele*<sub>j</sub> foi expulso da competição.

## Relações de Negação de Impedimento

- (iiia) *O tenista russo*<sub>i</sub> não venceu o participante inglês<sub>j</sub>, apesar de *pro*<sub>i</sub> ter jogado muito bem.  
 (iiib) *O tenista russo*<sub>i</sub> não venceu o participante inglês<sub>j</sub>, apesar de *ele*<sub>j</sub> ter jogado muito bem.  
 (iiic) #*O tenista russo*<sub>i</sub> não venceu o participante inglês<sub>j</sub>, apesar de *ele*<sub>j</sub> ter jogado muito bem.

<sup>20</sup> Nestes contextos, o uso do pronome pessoal realizado (sem leitura de contraste) é, na realidade, pouco aceitável porque a sua semântica procedimental não pode ser activada, i.e., não pode activar o acesso a nenhuma outra entidade para além da que está estruturalmente em foco. A sua inclusão nestes paradigmas mostra que, mesmo assim, o seu uso é possível.

## 2.1.3. Sobre os contextos em que ambas formas são possíveis, cada uma acedendo a uma entidade mental diferente

Apenas nos contextos em que se estabelecem relações semânticas de Paralelismo é possível usar ambas formas pronominais para aceder a diferentes entidades mentais. O exemplo (17) é aqui repetido como (25):

## Relação de Paralelismo

- (25a) *O tenista inglês*<sub>i</sub> emprestou um livro ao francês<sub>j</sub>, e *pro*<sub>i</sub> ofereceu um CD ao americano.  
 (25b) *O tenista inglês*<sub>i</sub> emprestou um livro ao francês<sub>j</sub>, e *ele*<sub>j</sub> ofereceu um CD ao americano.

Neste paradigma, verifica-se que ambas formas pronominais operam de acordo com a sua semântica procedimental básica. Muito provavelmente, esta possibilidade deve-se ao facto de o contexto de paralelismo configurar o tipo de relação semanticamente mais "neutro", porque entre as proposições envolvidas não se estabelece nenhum tipo de ligação lógica nem semântica, apenas um paralelismo sintáctico<sup>21/22</sup>.

<sup>21</sup> A observação da distribuição das formas do pronome pessoal sugere que a forma plena pode redireccionar o foco de atenção apenas num número limitado de contextos (cf. Maes 1996; Di Eugenio 1998). Neste contexto, são muito relevantes os dados de Barbosa, Duarte & Kato 2001 sobre a percentagem de uso da forma plena do pronome pessoal em português europeu. Referem as autoras que o número de formas plenas encontrado em texto escrito é muito menor que o da forma nula; e que apenas em 33% dos casos desse uso a forma plena acede ao objecto. Por outras palavras, apenas 1/3 das vezes a forma plena é usada para instaurar uma ruptura no Cp, foco de atenção projectado (cf. Di Eugenio 1998 para resultados que apontam na mesma direcção em italiano). Também Costa, Faria & Kail 2004 reportam resultados experimentais em que o número de verbos que focaliza o sujeito, determinando a forte opção pela forma nula, é muito superior ao de verbos que focalizam o objecto e associados à opção pela forma plena. Estes dados estão perfeitamente de acordo com as previsões da teoria de *Centering*, que estabelece que os efeitos de descontinuidade no centro de atenção discursiva não podem ser frequentes nos discursos, pelo menos, mais frequentes que os de continuidade, sob o risco de diminuir a sua interpretabilidade (cf. Grosz et al. 1995).

<sup>22</sup> Cabe referir que, em português, a forma pronominal plena prosodicamente acentuada codifica uma instrução ainda diferente. Contra os outros usos da forma plena, o uso de uma forma plena acentuada acede à representação que recebe foco estrutural, não sem (e como prevê a teoria de *Centering*) estar associada a inferências acrescidas:

a) O tenista russo disse que ELE ia ganhar.

Neste caso, a inferência mais plausível é a de que, nesse contexto, se espera que outra pessoa ganhe. Portanto, formas pronominais plenas e formas pronominais plenas

### 3. Conclusões

A descrição e explicação do funcionamento anafórico do pronome pessoal em português europeu levada a cabo na secção 2 permitiu, acima de tudo, observar a operatividade da teoria cognitiva sobre anáfora discursiva sistematizada na secção 1, bem como retirar algumas conclusões acerca do funcionamento anafórico das formas do pronome pessoal na posição de sujeito em português europeu.

Em particular, a reflexão sobre os dados reunidos confirmou a hipótese de que a distribuição das duas formas da terceira pessoa do pronome pessoal é, em português europeu, condicionada em primeira instância pelo tipo de relações de coerência que se estabelece entre os enunciados num discurso. Além disso, confirmou a hipótese de que existe uma diferente semântica procedimental associada ou inerente a essas formas pronominais e que a activação dessa diferente semântica procedimental serve a obtenção de efeitos diferentes, de continuidade ou de ruptura no foco de atenção discursiva. Em cada caso, o acesso à representação mental desencadeado por cada uma dessas formas está associado diferentes procedimentos de gestão do modelo discursivo em construção: a integração de informação no modelo mental levada a cabo por cada uma faz com que o modelo discursivo avance diferentemente (cf. Cornish 1999).

O modelo cognitivo sobre anáfora discursiva sistematizado neste texto não permite, no entanto, descrever a distribuição das formas anafóricas pronominais na posição de sujeito em português europeu de maneira exaustiva. Uma análise baseada nestas noções não dá conta, por exemplo, da distribuição da forma nula em construções com verbos de controlo pelo objecto (cf. 26), que são contextos em que não há continuidade tópica<sup>23</sup>:

(26) O tenista russo<sub>i</sub> pediu ao francês<sub>j</sub> que *pro*<sub>j</sub>acompanhasse o colega checo.

A explicação da distribuição do pronome nulo e realizado em português europeu que se propõe neste texto é de natureza essencialmente

acentuadas têm em comum o facto de assinalarem uma ruptura com o que seria esperado, embora em função de razões de diferente origem, respectivamente, discursiva (descritas pela teoria de *Centering*), e extra-discursiva (naturalmente baseadas na situação comunicativa e no conhecimento do mundo).

<sup>23</sup> Estes factos foram-me indicados pela Professora Maria do Pilar Barbosa.

semântico-pragmática, mas a explicação deste e de outros usos da forma nula ou realizada depende claramente de propriedades sintácticas.

Deve notar-se, todavia, que nenhuma teoria sintáctica dá conta dos mesmos fenómenos com razões de natureza exclusivamente sintáctica. Por exemplo, no quadro da teoria sintáctica da Ligação (Chomsky 1981), Chomsky postula a actuação de um princípio não sintáctico, o *Princípio Evitar Pronome* (PEP), entendido *inter alia* como "um princípio conversacional de não dizer mais do que é requerido" (Brito 1991:65). A função deste princípio, que é claramente de natureza pragmática, é a de limitar a utilização da forma plena do pronome pessoal aos contextos em que a utilização da forma nula não dá origem a processos de "ligação anafórica" adequados (i.e., não dá origem a continuidade tópica).

As análises sintácticas desenvolvidas sobre a distribuição da forma nula e da forma plena do pronome pessoal em português europeu também recorrem a noções de âmbito pragmático (cf. Brito 1991; Barbosa 1995; Barbosa *et al.* 2001). Barbosa 1995, por exemplo, propõe que a forma plena do pronome pessoal é directamente inserida e interpretada como tópico na periferia esquerda da estrutura frásica. Esta análise, de natureza sintáctico-pragmática, leva a autora a propor que o PEP se reduz, "muito simplesmente, à preferência pela não introdução de um pronome como tópico [...] a não ser que tal seja necessário, como por exemplo para assinalar a mudança de tópico discursivo ou ênfase/empatia" (Barbosa *et al.* 2001).

Neste contexto, pode pois concluir-se que as explicações sintácticas e as semântico-pragmáticas para a utilização da forma nula e da forma plena da terceira pessoa dos pronomes pessoais na posição de sujeito em português europeu parecem ser complementares. Na verdade, tem sido defendido que a Teoria da Ligação actua mais como um filtro que como uma preferência decisiva para a resolução anafórica (cf. Branco 2000) ao indicar apenas onde *não se pode procurar o antecedente de determinadas formas anafóricas* (pronomes pessoais, demonstrativos...), sendo no entanto *muda* quanto à localização desse antecedente. As teorias de âmbito cognitivo procuram justamente dar resposta a esta última questão.

## Referências

- APOTHELOZ, D.  
1995 *Rôle et Fonctionnement de l'Anaphore dans la Dynamique Textuelle*. Genève: Droz.
- ARIEL, M.  
1990 *Accessing Noun Phrase Antecedents*. London, NY: Routledge.
- ARNOLD, J. J. EISENBAND, BROWN-SCHMIDT, S. & TRUESWELL, J.  
2000 The rapid use of gender information: evidence of the time course of pronoun resolution from eyetrack. *Cognition* 76(B):13-26.
- BARBOSA, P.  
1995 *Null Subjects*. PhD. dissertation. MIT, Cambridge, Mass.
- BARBOSA, P., KATO, M. & DUARTE, M. E.  
2001 "A distribuição do sujeito nulo no Português Europeu e no Português do Brasil". In: *Actas do XVI Encontro Nacional da APL*, Coimbra: Edições Colibri.
- BRANCO, A. H.  
2000 *Reference Processing and its Universal Constraints*. Lisboa: Edições Colibri.
- CARREIRAS, M., GARNHAM A., OAKHILL J. & Cain K.  
1996 The use of stereotypical gender information in constructing a mental model: Evidence from English and Spanish. *The Quarterly Journal of Experimental Psychology*, 49(A3):693-663.
- CARREIRAS, M., GARNHAM, A. & OAKHILL, J.  
1996 "Understanding anaphora: The role of superficial and conceptual information". In: M. Carreiras, J.E. Garcia-Albea and N. Sebastian-Galles (orgs), *Language Processing in Spanish*, 241-274. Hillsdale, N.J.: Lawrence Erlbaum Associates.
- CHOMSKY, N.  
1981 *Lectures on Government and Binding*. Dordrecht: Foris.
- CORBLIN, F.  
1995 *Les Formes de Reprise dans le Discours. Anaphores et Chaînes de Référence*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes.
- CORNISH, F.  
1999 *Anaphora, Discourse and Understanding. Evidence from English and French*. Oxford: Oxford University Press.
- COSTA, M. A.  
2003 *Processamento de Frases em Português Europeu - Informação Morfológica, Sintáctica e Semântica em Competição*. Tese de Doutoramento, Universidade de Lisboa.
- COSTA, M. A., FARIA, I. H. & KAIL, M.  
2004 "Semantic and syntactic cues' interaction on pronoun resolution in European Portuguese". In: A. Branco, T. McEnery & R. Mitkov (orgs), *DAARC. 5th Discourse Anaphora and Anaphor Resolution Colloquium* (Proceedings), 45-50. Lisboa: Edições Colibri.
- DE MULDER, W.  
2000 Démonstratifs et accessibilité. *Verbum. Référence Discursive et Accessibilité Cognitive*, Tomo XXII, n° 1:103-125 (número coordenado por F. Cornish).

- DI EUGÊNIO, B.  
1998 "Centering in Italian". In: M. Walker, A. Joshi & E. Prince (orgs), *Centering Theory in Discourse*, 115-138. Oxford: Clarendon Press.
- GARNHAM, A.  
1989 "Integrating information in text comprehension: The interpretation of anaphoric noun phrases". In: G. Carlson & M. Tanenhaus (orgs), *Linguistic Structure in Language Processing*, 359-399. Dordrecht: Kluwer.
- GARNHAM, A.  
2001 *Mental Models and the Interpretation of Anaphora*. Hove: Psychology Press.
- GARNHAM, A. and Oakhill, J.  
1990 Mental models as contexts for interpreting texts: Implications from studies of anaphora. *Journal of Semantics* 7: 379-393.
- GARNHAM, A. and Oakhill, J.  
1996 "The mental models theory of language comprehension". In: B. Britton & A. Graesser (orgs.), *Models of Understanding Text*, 313-379. Mahwah, NJ: Erlbaum.
- GARROD, S. C. & Sanford, A. J.  
1990 "Referential processing in reading: Focusing on roles and individuals". In: D. Balota, G. Flores d'Arcais & K. Rayner (orgs), *Comprehension Processes in Reading*, 465-486. Lawrence Erlbaum Associates: New Jersey.
- GARROD, S. C. & Sanford, A. J.  
1994 "Resolving sentences in a discourse context". In: M. A. Gernsbacher (org), *Handbook of Psycholinguistics*, 675-699. San Diego: Academic Press.
- GARROD, S., Freudenthal, D. & Boyle, E.  
1995 The role of different type of anaphor in the on-line resolution of sentences in discourse. *Journal of Memory and Language* 33: 39-68.
- GROSZ, B., Joshi, A. & WEINSTEIN, S.  
1995 Centering: A framework for modeling the local coherence of discourse. *Computational Linguistics* 21(2): 203-225.
- GROSZ, B. & SIDNER, C.  
1998 "Lost intuitions and forgotten intentions". In Walker, M., Joshi, A. & Prince, E. (orgs), *Centering Theory in Discourse*, 39-51. NY: Oxford University Press.
- GUNDEL, J., Hedberg, N. & Zacharski, R.  
1993 Cognitive status and the form of referring expressions in discourse. *Language* 69(2): 274-307.
- HALLIDAY, M. A. K. & HASAN, R.  
1976 *Cohesion in English*. London: Longman Group Ltd.
- HOBBS, J.  
1979 Coherence and coreference. *Cognitive Science* 3: 67-90.
- HOBBS, J.  
1990 *Literature and Cognition*. CSLI Lecture Notes 21.
- HUME, D.  
1748 *An Inquiry Concerning Human Understanding*. The Liberal Arts Press, N. J. (edição de 1955).
- KEHLER, A.  
2002 *Coherence, Reference and the Theory of Grammar*. California: CSLI.

- KLEIBER, G.  
 1990a "Article défini et démonstratif: Approche sémantique versus approche cognitive". In: G. Kleiber & J. Tyvaert (orgs), *L'Anaphore et ses Domaines*. 199-227. Paris: Klincksieck.
- KLEIBER, G.  
 1990b Marqueurs référentiels et processus interprétatifs: pour une approche "plus sémantique". *Cahiers de Linguistique Française* 11: 241-258.
- KLEIBER, G.  
 1994 *Anaphores et Pronoms*. Louvain-la-Neuve. Duculot, Champs Linguistiques.
- LEONETTI, M.  
 1996 Determinantes y contenido descriptivo. *Español Actual* 66: 5-23.
- LEONETTI, M.  
 1999a *Los Determinantes*. Madrid: Arco Libros, Série Cuadernos de Lengua Española.
- LEONETTI, M.  
 1999b "El artículo". In: I. Bosque & V. Demonte (orgs), *Nueva Gramática Descriptiva de la Lengua Española*, cap. 12: 787-890. Madrid: Esparsa-Calpe.
- LEONETTI, M.  
 2000 "The Assimetries between the definite article and demonstratives: a procedural account". Comunicação apresentada no 7<sup>th</sup> International Conference in Budapest, Julho de 2000.
- LYONS, J.  
 1977 *Semantics, II*. Cambridge: Cambridge University Press.
- MAES, A.  
 1996 *Nominal Anaphors, Markedness and the Coherence of Discourse*. Leuven: Peeters.
- MCKOON, G., GREENE S. & RATCLIFF R.  
 1993 Discourse models, pronoun resolution, and the implicit causality of verbs. *Journal of Experimental Psychology, Learning, Memory and Cognition* 19-5: 1040-1052.
- OAKHILL, J.  
 1993 How do we understand anaphors?. *The Psychologist: Bulletin of the British Psychological Society* 6: 204-208.
- PEREIRA, I.  
 2005 "A referência anafórica discursiva: un processo cognitivo linguisticamente (pré-)configurado". In: *Actas do XX Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa: Edições Colibri.
- PEREIRA, I.  
 Sobre la resolución de los demostrativos anafóricos nominales: foco discursivo, token reflexivité y relaciones de coherencia. Remetido.
- PRINCE, H.  
 1981 "Toward a taxonomy of Given-New information". In: P. Cole (org), *Radical Pragmatics*. 223-255. New York, Academic Press.
- REINHART, T.  
 1982 *Pragmatics and Linguistics: an Analysis of Sentence Topics*. Bloomington, Indiana: IULC.

- SIDNER, C.  
 1983 "Focusing in the comprehension of definite anaphora". In: M. Brady & R. Berwick (orgs), *Computational Models of Discourse*. 267-330. Cambridge, Mass: The MIT Press.
- STEVENSON, R., KNOTT, A., OBERLANDER, J. & McDONALD, S.  
 2000 Interpreting pronouns and connectives: Interactions among focusing, thematic roles and coherence relations. *Language and Cognitive Processes* 15(3): 225-262.
- VAN DIJK, T. & KINTSCH, W.  
 1983 *Strategies of Discourse Comprehension*. Orlando/London: Academic Press.
- WALKER, M., JOSHI, A. & PRINCE, E.  
 1998 "Centering in naturally occurring discourse: an overview". In M. Walker, A. Joshi & E. Prince (orgs), *Centering Theory in Discourse*, 1-28. NY: Oxford University Press.
- WEBBER, B. L.  
 1983 "So what can we talk about now?". In M. Brady & R. Berwick (orgs), *Computational models of Discourse*, 395-414. Cambridge, Mass: The MIT Press.
- WILSON, D. & SPERBER, D.  
 1993 Linguistic form and relevance. *Lingua* 90(1/2): 1-25.